

REFLEXÕES SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DE UM ALUNO DO 3º ANO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA CIDADE DE FLORÂNDIA (RN) ¹

Aleksandra Nogueira de Oliveira Fernandes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).
aleksandra.nogueira@ifrn.edu.br

Christiane Ferreira Duarte da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
chriseduarduarte@gmail.com

Lamoniara Mendes Querino Félix
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
loniarajesus@gmail.com

Maria da Guia Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
guiguia.flor@gmail.com

RESUMO

O presente artigo suscita uma análise e reflexão acerca da escolarização de um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O objetivo deste artigo é analisar como ocorre o processo de escolarização de um aluno autista matriculado no 3º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental na cidade de Florânia (RN). Sabemos que a inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiência, bem como de seus familiares na busca da efetivação dos seus direitos de cidadão. O estudo assume uma abordagem qualitativa. Na metodologia, buscou seguir algumas proposições do estudo de caso, na medida em que essa técnica envolve uma instância em ação. Realizamos ainda uma pesquisa bibliográfica, a fim de fazer uma revisão de literatura sobre a temática, observação na vida real, em que acompanhamos o aluno em um momento de aula, e entrevista semiestruturada com os 07 (sete) colaboradores da nossa pesquisa, sendo: o aluno, mãe do aluno, professora da sala regular e auxiliar, professora da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), coordenadora da escola particular em que o aluno estuda e a coordenadora da escola pública, em que o mesmo é assistido no AEE. Como resultados, fica patente a dificuldade em trabalhar a diversidade encontrada em sala de aula. Sendo, pois necessário que haja um processo colaborativo entre os sujeitos que convivem na escola, para que a inclusão seja uma prática cotidiana. Inferimos, que em meio a situações exitosas, também perpassam contradições nas relações entre os sujeitos (coordenadoras, professora da sala regular, professora auxiliar e professora da sala do AEE).

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista, Escolarização, Inclusão.

¹ Artigo apresentada à disciplina de Tópicos Especiais em Educação Especial I, ministrada pela professora Dra. Lúcia de Araújo Ramos Martins no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como requisito parcial para aprovação na referida disciplina no ano de 2017.



INTRODUÇÃO

No presente artigo temos como objetivo analisar o processo de escolarização de um aluno autista matriculado no 3º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental na cidade de Florânia (RN). Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN) a educação é direito de todos, assim não podemos deixar de fora a Educação Inclusiva, pois, devemos direcionar mais atenção para as crianças e adolescentes que precisam, sabemos que não se pode ter diferença no atendimento aos alunos. O interesse pelo tema surgiu a partir do trabalho que desenvolvemos como professora da sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE), no município de Florânia (RN), em que percebemos a necessidade de nos aprofundar sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Neste sentido, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) determina que os alunos com TEA, assim como aqueles com deficiência e altas habilidades/superdotação, devem estar incluídos na rede regular de ensino, recebendo AEE (Atendimento Educacional Especializado) no contraturno. O sujeito com este transtorno, em caso de comprovada a necessidade, pode ter direito a um acompanhante especializado (BRASIL, 2012). O transtorno do neurodesenvolvimento caracteriza-se por: déficit sócio comunicativo e comportamentos e interesses restritivos e repetitivos.

Especificamente sobre o TEA, foi promulgada em 2012, a Lei n. 12.764 que institui a Política Nacional de Proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012). Para efeitos legais, este documento passou a considerar o sujeito com transtorno do espectro do autismo, uma pessoa com deficiência. Esta medida visa à garantia em caso de comprovada necessidade, a presença, em sala de aula, de um acompanhante especializado (BRASIL, 2012).

Nos estudos de Nunes, Azevedo e Schmidt (2013, apud NASCIMENTO, CRUZ e BRAUN, 2016, p. 20), enfatizam que depois que o paradigma da inclusão se tornou popular, a presença de alunos com deficiência na escola aumentou significativamente, mas em contrapartida professores relatam não terem conhecimento sobre os aspectos que envolvem o TEA e que estratégias e recursos poderiam ser utilizados para favorecerem o seu processo de ensino-aprendizagem. Os autores destacam, ainda, que alguns estudos apontam para os aspectos positivos das ações desenvolvidas no modelo de trabalho colaborativo e/ou de bi-docência, onde dois professores (da sala regular e o especialista) atuam de maneira conjunta, sendo importante mencionar que esse tipo de atuação é previsto nas ações de políticas públicas voltadas para esses sujeitos.



O estudo encontra-se organizado em quatro seções. Na primeira discutimos sobre a metodologia, pontuando as escolhas delineadas na tessitura dos fios. Na segunda abordamos sobre o encontro com os colaboradores da pesquisa, sendo: o aluno, a professora regular e a professora auxiliar, a professora do AEE, a mãe do aluno e as coordenadoras da escola privada e pública. E na terceira seção, pontuamos algumas considerações sobre o estudo.

METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza numa abordagem qualitativa referenciado em Bogdan e Biklen (1994). Pois, esse tipo de investigação busca compreender detalhadamente os significados e características apresentados pelos informantes, sem necessariamente medir quantitativamente características ou comportamentos. Nesta perspectiva, as subjetividades das pessoas têm lugar de destaque sobre o conhecimento teórico do investigador, sendo que tal fato não anula a criatividade e a validade da pesquisa qualitativa, pois, sua validade reside justamente na compreensão consciente do investigador do processo de pesquisa.

Como metodologia a pesquisa buscou seguir algumas proposições do estudo de caso, na medida em que essa técnica envolve uma instância em ação. Essa forma de estudo gera um conhecimento mais concreto, porque encontra eco em nossa experiência e é mais contextualizado, devido nossas experiências estarem enraizadas num contexto e focaliza uma situação particular, um programa, descrevendo densamente um fenômeno (ANDRÉ, 2005). E como técnicas de pesquisa, utilizamos: a pesquisa bibliográfica, a observação na vida real e entrevistas semiestruturadas (MARCONI; LAKATOS, 2010). Na pesquisa bibliográfica compilamos alguns autores que discutem sobre a temática, bem como documentos do Ministério da Educação e Cultura (MEC), no que se refere à inclusão escolar.

A observação foi feita na sala de aula regular em que o aluno está matriculado numa escola da rede privada do município de Florânia (RN). Observamos, sem interferir no andamento das aulas, a fim de compreender com maiores detalhes sobre a escolarização da criança. Já as entrevistas foram feitas com os 07 (sete) sujeitos que colaboraram com o estudo, sendo: Entrevista com o aluno, com a professora da sala de aula regular e professora auxiliar, com a professora do AEE, com a mãe do aluno e com as coordenadoras das escolas: privada, onde ele estuda regularmente e pública, onde recebe atendimento especializado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O aluno com TEA estuda numa turma do 3º ano do Ensino fundamental, esta é formada por (15) alunos, desses, dois apresentam Necessidades Educacionais Especiais (NEE), um com diagnóstico de TEA e o outro, sem diagnóstico, até o momento da pesquisa.

No dia 29/05/2017, em que aconteceu a observação, a turma estava envolvida numa atividade da disciplina História do Brasil, a chegada dos portugueses. O trabalho direcionado para o aluno com TEA, foi a confecção de uma vestimenta (saia) de um índio. A atividade foi realizada com o apoio da professora auxiliar. A tarefa seria desfiar um saco de nylon para simular a saia. O aluno em observação, mostrou-se bastante envolvido na tarefa. A turma desenvolvia outra atividade, montava as barracas na sala de aula. Observamos que a professora da sala de aula, em nenhum momento se envolveu com o aluno autista nessa ocasião. Percebe-se que ela direciona a responsabilidade da escolarização do aluno para a professora auxiliar. Isso ficou nítido durante essa atividade descrita, como também em toda a aula que acompanhamos nesse dia.

A professora da sala regular do aluno com TEA é pedagoga com especialização em Educação Básica, tem 38 anos de idade, 10 anos de experiência profissional e há 4 anos atua na Escola Liberdade. Durante a entrevista com a professora da escola regular, fomos guiadas por questões, que discutiremos a seguir.

Neste sentido, ao ser questionada sobre quais suas maiores dificuldades em incluir o aluno autista no desenvolvimento de suas aulas, respondeu que desconhecia o TEA; mas estava atenta para elaboração de atividades diferenciadas; percebe dificuldades, potencialidades e habilidades do aluno e o acompanha de forma devida, no seu processo de escolarização.

Outra questão levantada foi qual(is) o(s) tipo(s) de atividade(s) desenvolvida(s) em sua disciplina com o aluno autista? A professora regular não listou as atividades, relatou que realiza as mesmas tarefas para toda a sala, sem adequações/adaptações e que o aluno com TEA tem um nível de conhecimento alto, sabe ler e domina a matemática. Aponta como problema, o fato do aluno não conseguir ficar na sala como os outros, “ele não tem paciência”, destaca a professora. Nessa perspectiva, Mantoan (2006) assegura que o aluno tem direito a ser diferente, na sua singularidade. Cabe à escola possibilitar meios para adequar o seu currículo escolar, de modo a atender as especificidades dos alunos. As ações educativas de uma escola inclusiva propõe o convívio com as

diferenças, e a aprendizagem participativa e colaborativa entre os pares, considerando a subjetividade construída com o coletivo na sala de aula.

Nunes (2008) expõe que os professores não possuem a formação adequada, nem inicial, nem mesmo continuada, que possa estabelecer estratégias pedagógicas e reconhecer as possibilidades de aprendizado dos alunos com TEA. Para Magalhães e Ruiz (2011), ao pensarmos em uma educação inclusiva é necessário problematizar o currículo de forma a atender as particularidades do alunado.

Na ocasião, perguntamos: Em seu ponto de vista, poderia relatar de forma sintética como é o relacionamento desse aluno autista com você, na condição de professora, e com os demais colegas? A professora expressa que quase não interage com a criança na sala de aula, o vínculo dele se dá com a professora auxiliar (também chamada de estagiária pelos funcionários da escola). Destarte, segundo Pereira *et all* (2015), a convivência compartilhada de alunos com TEA com os demais, oportuniza contatos sociais favorecendo o desenvolvimento da criança. Sendo assim, a socialização parte como estímulo para o desenvolvimento.

Indagamos ainda: Sua escola não possui uma sala de recursos multifuncionais, mas o aluno participa de uma na cidade. Você obtém, de alguma maneira, informações sobre o atendimento que ele recebe no AEE (Atendimento Educacional Especializado)? A professora regular é enfática: “Não! não conheço [...]”. Para Nunes (2008), atualmente nos contextos escolares presenciamos uma ruptura entre conhecimento teórico e a prática educacional, gerando um dilema entre professores, pesquisadores e gestores. O professor na sua prática deve se constituir pesquisador, para que possa fazer uso do conhecimento teórico aliado a sua prática educacional.

Na Resolução 04/2009 o professor da sala de AEE, deve se articular com os professores da sala regular, com a família e demais profissionais (fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, entre outros) para estabelecer um Plano de Atendimento Individualizado, com vistas a eliminar barreiras de aprendizagem. Também procuramos saber: Você sabe quais são as ações desenvolvidas por meio do AEE com o aluno? A professora regular não soube dizer, pois afirma que não há compartilhamento de informações com a professora do AEE da outra escola em que o aluno com TEA é inserido. Pereira *et all* (2015), cita Sintra, Jesuíno e Proença (2010), para deixar claro que o AEE não é reforço escolar, tem como objetivo construir um conjunto de procedimentos específicos que possam viabilizar a aprendizagem dos alunos.

E a última questão para a professora regente, foi: O AEE contribuiu para a melhoria do desempenho escolar de seu aluno que frequenta esse serviço? Se sim, em quê? A entrevistada mostra desconhecimento do trabalho desenvolvido no AEE. A professora não consegue avaliar o desenvolvimento do aluno no âmbito cognitivo, social e motor. Assim, para Machado e Almeida (2010) o ensino colaborativo propõe tratar de maneira diferente novas ideias, propor autocrítica, autoavaliação de competências reflexivas coletivas. Esse ensino colaborativo propicia aos professores capacidades de produzir conhecimento sobre seu trabalho, promovendo aperfeiçoamento e aprendizagem contínua.

Quanto à professora auxiliar do aluno com TEA, é aluna do curso de Ciências Econômicas, trabalha como estagiária há 3 anos. Na ocasião, conversamos sobre diversos aspectos em relação ao aluno em tela. Discorreremos sobre isto nos parágrafos a seguir.

Para realizar o acompanhamento com o aluno com TEA você teve alguma formação específica? Qual? Comente que tipo de formação acha necessária para desenvolver essa função. A professora afirmou que não teve nenhuma formação, mas acha importante uma formação continuada em serviço e que o aluno autista demanda muitos saberes em que pesquisa por conta própria para melhor direcionar suas atividades escolares e vínculo afetivo com o aluno.

Para Pereira (2014) muitas escolas públicas e particulares para garantir a inclusão dos alunos com autismo estão utilizando “professores auxiliares”. Os estudos apontam que cada vez mais esses profissionais estão ocupando espaços, porém é necessário saber se essa estratégia está possibilitando a escolarização desses alunos.

Outra indagação foi: Para desenvolver o trabalho numa perspectiva inclusiva você acha necessário o aluno com NEE ter acompanhamento individualizado? A professora auxiliar considera que o acompanhamento individualizado é necessário para atender esses alunos, pois eles demandam uma atenção especial. A Legislação Federal, lei 12.764 de 2012, garante que em necessidade comprovada, o aluno com TEA incluído em salas regulares, tenha o acompanhante individualizado.

Porém, essa legislação não descreve a formação, nem as competências necessárias para esse profissional. A Política Nacional de Educação Especial e a Resolução Estadual nº 02/2012 também se referem a presença de “um professor auxiliar”. No entanto, não há descrição de formação e a eles são dados os nomes de monitor ou cuidador para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PNEE) e mediadores educacionais (Lei Estadual do Rio Grande do Norte).

Questionamos também: Como é desenvolvido o seu trabalho junto a professora regente? Faz algum planejamento individualizado? A auxiliar afirma que não há trabalho colaborativo entre a professora da sala comum e a estagiária. Não há um planejamento prévio do que será realizado. O aluno com TEA realiza as mesmas atividades dos outros alunos, sendo que a estagiária é quem faz as devidas adaptações.

Para Pereira (2014) que, cita Nunes, Azevedo e Schmidt (2013) e Gomes e Mendes, (2010) os estudos apontam que a presença do “professor auxiliar” não garante a aprendizagem dos alunos com TEA, uma vez que esses profissionais, por vezes, não são capacitados e alguns só possuem o Ensino Médio, ou não têm formação adequada. Os conhecimentos desses profissionais são insuficientes para dar conta das necessidades desse alunado. Dessa forma configuramos um atendimento muito mais assistencialista e tutelar do que a inclusão propriamente dita.

Perguntamos: Você pode relatar como é o seu relacionamento com o aluno com TEA? Intuitivamente, parte do interesse do aluno para estabelecer uma comunicação e procura criar um vínculo além-sala de aula, possibilitando interação, de fato. Para Broer e Giangreco (2005) as relações entre os professores auxiliares e os alunos se confundem de tal maneira que essas crianças demonstram uma dependência. Na pesquisa foi visto que essa relação de dependência gera uma dificuldade de relacionamento entre seus pares e os professores da sala comum. Muitos alunos se referiam aos professores auxiliares como mãe ou pai.

Já a professora do AEE tem 39 anos, possui especialização em Psicopedagogia, Inclusão e em Educação Infantil. Durante a entrevista a questionamos sobre: Incursão na Educação Inclusiva, O AEE, e sobre o aluno com TEA. No que se refere à sua incursão na Educação Inclusiva revela que fez Psicopedagogia, a partir disso recebeu um convite para trabalhar nessa modalidade da Educação, o que foi fortalecido por encontros periódicos de estudos sobre o Público-Alvo da Educação Especial na cidade de Currais Novos (RN). Assim, “saibamos ou não, estamos sempre agindo, pensando, propondo, refazendo, aprimorando, retificando, excluindo, ampliando segundo paradigmas” (MANTOAN, 2003, p. 11).

Ao ser indagada sobre o trabalho desenvolvido por ela no AEE, explicou-nos que ao receber um aluno, primeiro; faz um estudo de caso, na perspectiva de obter conhecimento sobre aquele caso específico, segundo; elabora um plano individual daquele aluno, para traçar metas a serem atingidas, terceiro; projeta estratégias de ações a serem desenvolvidas. Ressalta ainda a relevância da família nesse contexto, para que a inclusão aconteça de fato e de direito. Dessa maneira, “faz-se prioritária,

também, a adequação arquitetônica dos prédios escolares para a acessibilidade e a organização de recursos técnicos e de serviços que promovam a acessibilidade pedagógica e nas comunicações” (GLAT, 2009, p.34).

Quanto à mãe do aluno com TEA, tem 40 anos de idade, é professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A entrevista foi permeada pelos seguintes aspectos: Como foi o diagnóstico de seu filho, a relação percebida por ela, entre a escola regular que o filho estuda e a escola pública no AEE em que é atendido e como avalia o acompanhamento especializado.

Inicialmente perguntamos: Como foi receber o diagnóstico do TEA do filho? Explica que não trouxe angústias, pelo contrário, afirma que ajudou para saber como agir e poder ajudar. “A criança é a possibilidade de que esse amanhã seja melhor, [...] com tudo que ela nos traz de novo e surpreendente na originalidade de seu ser e na singularidade imprevista de seu ser” (ARENDDT, 1997 *in* RODRIGUES, 2006, p. 185).

Conversamos no que diz respeito: A relação percebida por ela entre a escola regular que o filho estuda e o AEE. Justifica que achou melhor matriculá-lo numa escola particular, por ter menos alunos e uma maior possibilidade de atenção. Expressou ter percebido uma significativa contribuição no desenvolvimento do filho, após acompanhamento no AEE na escola pública.

Assim, inferimos na fala da mãe o medo da escola pública ser precária em suas instalações físicas e arquitetônicas e o receio do olhar não individualizado, devido ao grande número de alunos, por turma. Ressaltamos também, a valia que a mesma atribui ao AEE, compreendendo-o como garantia de direito à aprendizagem.

Tratando-se da coordenadora da escola privada em que o aluno estuda, ela é pedagoga, possui especialização em Psicopedagogia, tem 45 anos de idade e 31 anos de experiência profissional. Nossa conversa foi guiada pelas seguintes questões: Como foi a chegada de João à escola? Qual a compreensão da escola sobre a inclusão? De que maneira a coordenação atua com o trabalho de inclusão na escola?

Ao ser questionada sobre: Como foi a chegada do aluno com TEA à escola? Relatou que primeiro veio a preocupação em como agir diante do aluno, pensou nas expectativas da família e no desenvolvimento dele. Ela pontua que na Educação Infantil o aluno com TEA tinha uma auxiliar, mas, a partir do 1º ano do Ensino Fundamental, passou a ser acompanhado por uma cuidadora. Destaca ainda a presença dos pais na escola e ver como positivo para o desenvolvimento do mesmo.

Simpson *et all* (2003b) citado por Soares (2016) sinaliza como muito importante o princípio da cooperação, vital entre casa-escola. Assim, um programa não pode ser pensado sem a parceria com a família, mas, isso exige incluir ações de envolvimento para que as famílias consigam efetivamente participar.

Já sobre: Qual a compreensão da escola sobre a inclusão? Afirma: A inclusão é importante e necessária, tanto no âmbito escolar, como em qualquer outro lugar. Para Cruz (2009) citado por Soares (2016) o paradigma da inclusão ainda não conseguiu garantir a aceitação do diferente, especificamente da pessoa com TEA na escola, uma vez que em seu atendimento, persistem práticas inconsistentes e excludentes.

No tocante ao questionamento: De que maneira a coordenação atua com o trabalho de inclusão na escola? Para a coordenadora, acontece através de encontros com profissionais capacitados nessa área, realizamos pesquisas, fazemos entrevistas, seminários e buscamos enxergar o próximo, sentir o outro, entendê-lo, escutá-lo. No entanto, para Soares (2016) a formação em cursos de curta duração é vista como inadequada dada à distância dos problemas do dia a dia e ganha força o compartilhamento de responsabilidades e ações.

Quanto a coordenadora da escola pública, ela é pedagoga, mestra em Educação, tem 54 anos de idade e 30 anos de experiência profissional. A entrevista foi direcionada por três questionamentos: Como foi a chegada do aluno com TEA à escola? Qual a importância da sala de recursos multifuncionais para a comunidade e para o aluno? Há quanto tempo a sala de recursos multifuncionais funciona na escola?

No quesito: Como foi a chegada de João à escola? A coordenadora, falou-nos que foi tranquila, pois a mãe já trabalhava na escola, o que facilitou sobremaneira a sua adaptação. Repisa que a mãe dele já falava que ele tinha o “problema”, se referindo ao TEA. É válido destacar, que por vezes, por meio dessas classificações, como por exemplo, “problema”, é que se perpetuam as injustiças na escola (RODRIGUES, 2006).

Perguntamos também: Qual a importância da sala de recursos multifuncionais para a comunidade e para o aluno com TEA? Declara: “A escola passou a ter mais valor para a comunidade, diz que existe comunicação entre a professora da sala de aula regular e a da sala do AEE”. Avalia que o aluno sentiu-se “normal” dentro da escola. O ensino colaborativo ou coensino é um modelo de prestação de serviço de educação especial no qual um educador comum e um educador especial

dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar a instrução de um grupo heterogêneo de estudantes (MENDES; ALMEIDA e TOYODA, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, depreendemos que o processo de escolarização do aluno com TEA é um contínuo. A inclusão é uma provocação. Assim, para que de fato se concretize, é fundamental que os sujeitos, preocupados com a educação, possibilitem momentos coletivos de aprendizagem com as diferenças. Quanto ao processo de tessitura dos fios desse estudo, refletimos sobre o tempo da pesquisa e tempo das escolas. Pois, nem sempre o nosso tempo como pesquisadoras coincidiu com o tempo dos sujeitos entrevistados. O que nos fez, em alguns momentos, mudar de roteiro e nos reinventar, diante das adversidades que surgiram ao longo do processo de elaboração do mesmo.

Repisamos também, a necessidade de um processo colaborativo entre os sujeitos que convivem na escola, para que a inclusão seja uma prática cotidiana nos espaços escolares. Pois, diante dos nossos resultados, inferimos que em meio a situações exitosas, também perpassam contradições nas relações entre os sujeitos (coordenadoras, professora da sala regular, professora auxiliar, professora da sala do AEE).

Neste sentido, para Capellini (2004), Mendes (2010), apud (DAVID e CAPELLINI, 2014), é um grande desafio colocar dois professores numa mesma sala. E foi justamente o que percebemos das análises, pois o diálogo e planejamento entre a professora titular e a professora auxiliar do aluno, por vezes, não deixou evidente a sintonia que deve existir.

Por tudo isso, Nascimento, Cruz e Braun (2016), analisam que há uma diversidade de fatores socioemocionais, culturais e formativos que podem intervir no processo de escolarização do aluno com autismo, e é por essas razões, que o trabalho colaborativo entre os sujeitos que compõem a escola, é uma pista para a inclusão de todos os alunos, sem distinção.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ. M. E. D. A. de **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líder livro, 2005.

BOGDAN, Robert; BIKLEN Sara. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. (2012). **Dispõe sobre a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**, e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Lei nº 12.764. Brasília.

BRASIL. (2012). **Política Nacional de proteção aos Direitos da pessoa com Transtorno do espectro Autista**. Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012

BRAUN, Patrícia. **A Pesquisa-Ação**: Aspectos conceituais, aplicação e implicações em investigações sobre educação especial. In: NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula (Org.). *Novas Trilhas no modo de fazer pesquisa em Educação Especial*. São Carlos: Marquezine & Manzine: ABPEE, 2014.

BROER, S. M., DOYLE, M. B., & GIANGRECO, M. F. (2005) **Perspectives of students with intellectual disabilities about their experiences with paraprofessional support**. *Exceptional Children*, 71(4), 415-430. Full Text Available in PDF Format. Posted with permission of the Council for Exceptional Children www.cec.sped.org.

DAVID, Lilian; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. **O ensino colaborativo como facilitador da inclusão da criança com deficiência na Educação Infantil**. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 25, n. 2, p. 189-209, maio/ago. 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. (2012) Resolução nº 02/2012-CEE/CEB/RN. Secretaria do Estado de Educação e Cultura.

MACHADO, Andréa Carla; ALMEIDA, Maria Amélia. **Parceria no contexto escolar**: Uma experiência de ensino colaborativo. *Revista de Psicopedagogia*, USFcar, 2010.

MAGALHÃES; RUIZ. **Estigma e Currículo Oculto**. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília/ São Paulo. v.17,p. 125-142,Mai./ Ago.,2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. (In) RODRIGUES, David. **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus,2006. p.185-209.

MARCONI. Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2010.

MENDES, Eniceia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia; TOYODA, Cristina Yoshie. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. **Educ. Rev**, n. 41, p. 80-93, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602011000300006>>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

NUNES, Débora R. P. **Teoria, pesquisa e prática em Educação:** a formação do professor-pesquisador. Revista Educação e Pesquisa.v.34,n.01.São Paulo, Jan./Apr.,2008.

NASCIMENTO, Fabiana Ferreira do; CRUZ, Mara Monteiro da; BRAUN, Patrícia. **Escolarização de Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo a Partir da Análise da Produção Científica Disponível na Scielo Brasil** (2005-2015). Arquivos Analíticos de Políticas Educativas. Revista acadêmica. Vol. 24, nº. 125, p 1-29. 2016.

PEREIRA, Amanda Cristina dos Santos et all. **Transtorno do Espectro Autista (TEA):** definição, características e atendimento educacional. Educação, Batatis, v.5, n.2, p.191-212,2015, 2014.

RODRIGUES. David. **Inclusão e educação:** doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

SOARES, F. M. G. C. **Efeitos de um Programa Colaborativo nas práticas pedagógicas de professoras de alunos com autismo.** 2016. 225f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.